



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 07 de fevereiro de 2018

N.º 03/2018

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

Os Srs. Vereadores, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Fernando Miguel Catarino José e Joel Alexandre Neves Marques, solicitaram a sua substituição, conforme documentos anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

Tomou posse Teresa Alexandre Malveiro Andrade, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 4, para substituir o Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Paulino – No seguimento do que saiu na comunicação social pergunto se a câmara, face aos atropelamentos na passadeira junto da Praça de Portugal, já identificou os problemas, as questões e as causas, e se já tem medidas previstas. Ou, se isto é apenas uma casualidade no trânsito na nossa cidade, tal como em qualquer outra.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Esta matéria está a ser apreciada no quadro do Plano de Mobilidade e também estamos a identificar os espaços onde isto está a acontecer. Vamos fazer o que já fizemos noutras situações similares, como no caso da Avenida Antero de Quental, em que tomámos medidas de correção da situação. Temos ainda duas situações sobre passadeiras na Avenida Infante D. Henrique. Uma é entre a Praceta Olga de Moraes Sarmiento e a Praça de Portugal e a outra é a passadeira imediatamente junto da Praça de Portugal. Vamos ver o que é melhor e tomar as medidas corretivas adequadas. Também há situações, que não essas, na Estrada Nacional 10, em que vamos ter de falar com a Infraestruturas de Portugal para ver que medidas é necessário tomar. Estamos atentos, há uma preocupação muito grande sobre essa matéria e vamos seguramente dar a resposta, tal como temos dado em outras situações de problemas identificados, sendo que há outras localizações que não estão referenciadas, mas já temos planos e propostas em movimento para resolver as situações.

Queria também apontar uma referência que li no Facebook sobre a Fonte de Negreiros e a necessidade de a recuperar. Para ficar claro, a quem estiver preocupado com essa matéria, informo que fizemos recentemente um plenário com moradores de Pinhal de Negreiros, que estão a trabalhar connosco na requalificação de todo o bairro, envolvendo vários serviços da Câmara, a mim mesmo e à Sra. Vereadora Carla Guerreiro, mais diretamente. Esta fonte vai ser um espaço de lazer e um espaço qualificado, no quadro dessa intervenção em Pinhal de Negreiros. Ali há uma parte do território que é de Sesimbra, com quem vamos reunir e articular esse trabalho. Lembro isto por haver pessoas preocupados com a questão e que esta matéria foi discutida com os moradores e também com a comissão de moradores eleita, para ficar equacionado o seu tratamento.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Queria dar as boas vindas à camarada e amiga Teresa Andrade e dizer que ela é certamente uma mais-valia para esta bancada e para todo o órgão.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a saudação ao Vitória Futebol Clube, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 10:

“A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Vitória Futebol Clube por mais uma brilhante prestação na Taça da Liga que, na presente época, lhe valeu um lugar na final daquela que é uma das mais prestigiadas competições do futebol português.

O Vitória de Setúbal provou que é um dos grandes clubes do nosso país com a exibição de 27 de janeiro passado no jogo final desta competição frente ao Sporting Clube de Portugal.

Dentro das quatro linhas, a equipa vitoriana foi capaz de honrar toda a esperança que os associados e adeptos nela sempre depositam com enorme paixão.

A prestação do Vitória de Setúbal na Taça da Liga pertence a todos os que, na equipa, deram o seu melhor para chegar ao jogo final, mas também à equipa técnica, aos que a apoiam, às equipas diretivas e a todos os associados que se interessam profundamente pela vida do seu clube.

O Vitória de Setúbal é um dos melhores exemplos de que, quando se trabalha a sério, quando se acredita e se sabe potenciar o talento é possível chegar mais longe, é possível vencer.

Longo tem sido o caminho do Vitória Futebol Clube desde que, em 1910, um grupo de setubalenses deu o passo de fundar o que é hoje um dos maiores clubes portugueses. Caminho recheado de sucessos que nunca as dificuldades bloquearam, porque, na verdade, os que, ao longo de mais de cem anos, sempre acompanhados pelos setubalenses e adeptos



vitorianos das mais diversas proveniências, souberam assegurar a sobrevivência do clube, ao mesmo tempo que garantiram lugar de honra entre as grandes equipas portuguesas. A participação do Vitória de Setúbal na Taça da Liga na época 2017-2018 constitui forte alento para as dificuldades que ainda resta ultrapassar num novo ciclo da vida do clube. A Câmara Municipal de Setúbal, como sempre aconteceu ao longo da vida do Vitória Futebol Clube, continuará a ser mais um dos porta-vozes do orgulho que os setubalenses sentem no seu clube e será sempre um parceiro ativo na procura de soluções que permitam que os sadinos do Vitória continuem a levar o nosso nome mais longe.”

Sr. Vereador Fernando Paulino – O Partido Socialista subscreve na íntegra esta saudação, porque ela espelha efetivamente o espírito de “ser Vitória”, o Vitória não é grande, o Vitória é enorme, e esta saudação demonstra exatamente isso.

Submetida a votação, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Leu a saudação “Centenário do Voto Feminino no Reino Unido”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

“Um pouco por todo o Mundo, milhares de mulheres lutaram para que todos hoje pudéssemos votar.

Cumpriram-se ontem 100 anos, desde dia 6 de fevereiro de 1918, que no Reino Unido, pela primeira vez, as mulheres conquistaram o direito ao voto. Nesta data o Parlamento britânico adotou a lei de 1918 sobre a representação popular, que permitiu a inscrição de oito milhões de mulheres, com mais de 30 anos, nos cadernos eleitorais. Em 1928 puderam votar, em igualdade de circunstâncias, com os Homens, todas as mulheres com mais de 21 anos.

Na Nova Zelândia, aconteceu pela primeira vez em 1893, seguida da Austrália em 1902, da Finlândia em 1906 e da Noruega em 1913. A União Soviética aprovou a medida em 1917, os Estados Unidos em 1920, o Uruguai em 1927, a Espanha em 1931, o Brasil em 1932, enquanto a França aguardou até 1944 e a Suíça até 1971.

Em Portugal um gesto pioneiro foi arduamente conquistado a 28 de maio de 1911. Carolina Beatriz Ângelo, a primeira Mulher Portuguesa a votar em Portugal. Interpretando uma lei que permitia a todos os chefes de família votar e que a ela se adequaria visto ser viúva, saber ler e escrever e ter a seu cargo os filhos, conseguiu permissão legal para votar. Este gesto desagradou muito ao poder de então, que de imediato alterou a lei eleitoral, vedando por completo o acesso ao voto a qualquer mulher. A nova legislação de 1913 (Lei nº 3 de 3 de julho) já só reconhecia o direito de voto aos eleitores do sexo masculino. Algumas mulheres viriam a reconquistar o direito de voto em 1931, mas só as poucas que haviam completado o liceu ou um curso superior. Desta forma, e de adiamento em adiamento, só em 1968 puderam as mulheres votar sem restrição para a Assembleia Nacional e, finalmente, em abril de 1974, puderam participar na totalidade dos atos eleitorais.

Hoje gostaríamos, no entanto, de prestar um tributo especial a uma Grande Mulher que possibilitou a celebração do centenário do voto feminino no Reino Unido: Emmeline Pankhurst, que lutou como ninguém por esta conquista. Através dela, mobilizaram-se tantas outras que em Inglaterra, Portugal e pelo Mundo fora fizeram desta luta a sua luta, pelas gerações de mulheres ainda por nascer. Emmeline Pankhurst fundou em 1903 uma organização de mulheres que liderou juntamente com as filhas, a: “Women’s Social and Political Union”, mobilizou milhares de mulheres, fez greves de fome e foi presa diversas vezes. Um dos seus discursos mais famosos feito em Hartford, em 1913, e foi intitulado “Liberdade ou Morte”. Este discurso ficou para a História como um dos 21 que Mudaram o Mundo. Desse célebre discurso fica um excerto para celebrar esta data:

“A experiência ensina-nos que se realmente queremos que alguma coisa aconteça, o que interessa não é tanto se simpatizam ou não conosco. Não interessa à sufragista prática se não simpatizam com ela, se essa simpatia não lhe serviria de nada. O que ela quer é obter resultados práticos, e não interessa se isso acontece devido à simpatia ou ao medo, ou porque as pessoas querem estar outra vez confortáveis e não se preocupar, desde que

aconteça. Já tivemos simpatia suficiente durante cinquenta anos; nunca nos trouxe nada; e preferimos um homem zangado a dirigir-se ao governo e a dizer que o seu negócio está a ser afetado e que não vai sujeitar-se a que continue a ser afetado porque o governo se recusa a dar às mulheres o direito ao voto, do que um cavalheiro que venha às nossas reuniões e ano após ano fale apenas da sua enorme simpatia para com o sufrágio feminino." Hoje estamos gratos a todas as Mulheres que lutaram para que a Humanidade mantenha presentes em todas as suas esferas, todos os olhares Humanos e não apenas metade deles. Como disse Hillary Clinton na Conferência de Pequim sobre os direitos das raparigas e mulheres pelo mundo fora, em 1995: "A emancipação feminina não é uma causa minoritária. Não é uma preocupação de um pequeno grupo de interesses. Não é um assunto apenas das feministas nem um assunto apenas das mulheres. É um assunto que diz respeito a todos, porque os direitos das Mulheres são Direitos Humanos." Que a memória permaneça e nela se construa um Futuro melhor para a Humanidade como um todo."

Sra. Vereadora Teresa Andrade – É um gosto estar de volta a esta casa, obrigado pela calorosa receção por parte de todos.

Sr. Vereador Pedro Pina – Quero saudar a bancada do Partido Socialista por esta saudação, que, com certeza, com todos se identifica. Confesso que inicialmente, quando soube que o PS ia apresentar algo neste período até pensei que fosse um voto de pesar ao camarada Edmundo Pedro, do Partido Socialista, e que independentemente das suas divergências com o Partido Comunista, não deixou ser um resistente antifascista. Queria saudar o documento pela forma como está construído, muitos parabéns!

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Subscrevo integralmente esta saudação, parece-me extremamente interessante, até em termos históricos e de explicitação da evolução da luta pelo voto feminino. Na penúltima linha onde diz Assembleia da República, penso que à época era Assembleia Nacional. De resto está impecável.

Submetida a votação, foi a saudação aprovada, com a alteração introduzida, por unanimidade e em minuta.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 24 de janeiro de 2018.**
 - 2. Deliberação n.º 33/18 – Proposta n.º 02/2018 – GATUR – Aceitação de doação no âmbito de eventos realizados pelo Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Setúbal.**
 - 3. Deliberação n.º 34/18 – Proposta n.º 10/2018 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Alteração de Fundo de Maneio do DAAE – Departamento de Ambiente e Atividades Económicas.**

4. **Deliberação n.º 35/18 – Proposta n.º 11/2018 – DAFRH – Empréstimo referente a projetos cofinanciados pelo PORTUGAL 2020 – Ratificação.**
 5. **Deliberação n.º 36/18 – Proposta n.º 12/2018 – DAFRH/DIGEF – 2.ª Alteração ao Orçamento da Despesa.**
 6. **Deliberação n.º 37/18 – Proposta n.º 13/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Aceitação da dação em cumprimento, de parcela de terreno, sita em Quinta da SAPEC, feita por SAPEC – Parques Industriais, S.A..**
 7. **Deliberação n.º 38/18 – Proposta n.º 04/2018 – DAFRH/DIRH – Ratificação do Despacho N.º 15/2018/DIRH, de 31 de janeiro, com a epígrafe “Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários – Lei N.º 112/2017, de 20 de dezembro - 1.ª alteração ao mapa de pessoal aprovado para o ano de 2018”.**
 8. **Deliberação n.º 39/18 – Proposta n.º 13/2018 – DAFRH/DIRH – Abertura de procedimentos concursais para cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau e designação da correspondente composição do júri de recrutamento.**
 9. **Deliberação n.º 40/18 – Proposta n.º 05/2018 – DOM/SMHAB – Aceitação de doação – Festa de Natal do projeto “Férias no Bairro” – Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”.**
 10. **Deliberação n.º 41/18 – Proposta n.º 06/2018 – DOM/SMHAB – Antecipação em trinta dias da aplicação da revisão da renda no Regime do Arrendamento Apoiado.**
 11. **Deliberação n.º 42/18 – Proposta n.º 03/2018 – DAAE/DIHU – Protocolo de Colaboração com a AMARSUL no âmbito da recolha seletiva de vidro – Ratificação.**
 12. **Deliberação n.º 43/18 – Proposta n.º 04/2018 – DAAE/SAEN – Apoio financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2017/2018.**
 13. **Deliberação n.º 44/18 – Proposta n.º 13/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Animação de Setúbal – Centro Cultural de Setúbal, CRL.**
 14. **Deliberação n.º 45/18 – Proposta n.º 14/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Estúdio Fontenova.**
 15. **Deliberação n.º 46/18 – Proposta n.º 15/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro do Elefante – Ação Cultural, CRL.**
 16. **Deliberação n.º 47/18 – Proposta n.º 16/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM, Cooperativa Cultural, CRL.**
- C) Período destinado à intervenção do Público**

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 24 de janeiro de 2018

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos da Sra. Presidente, da Sra. Vereadora Teresa Andrade e do Sr. Vereador Nuno Carvalho, por não terem estado presentes nesta reunião.

2. Deliberação n.º 33/18 – Proposta n.º 02/2018 – GATUR – Aceitação de doação no âmbito de eventos realizados pelo Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Setúbal

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 13, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

3. **Deliberação n.º 34/18 – Proposta n.º 10/2018 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Alteração de Fundo de Maneio do DAAE – Departamento de Ambiente e Atividades Económicas**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 14, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

4. **Deliberação n.º 35/18 – Proposta n.º 11/2018 – DAFRH – Empréstimo referente a projetos cofinanciados pelo PORTUGAL 2020 – Ratificação**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 a 19.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Verificamos que efetivamente existe uma diferença dos valores na proposta de setembro do ano passado para esta, de 7.927€ para 9.816€. Uma diferença de um milhão de euros. Qual é a justificação desta alteração? Foi uma alteração de cálculo ou de investimento da Câmara? Não consegui localizar isto, mas os valores que constam dos mapas são os mesmos.

Sra. Presidente – Houve um afinamento dos projetos e houve projetos que tiveram nas afinações valores já definitivos e alguns passaram ao valor que estava antigamente. Portanto, o valor afinal que aqui está é 7 milhões e 927 mil euros e o outro era de 9 milhões 816 mil euros. Começou-se a fazer pré-concursos e começámos a conseguir “esmagar” preços. Portanto, há uma diferença para baixo de mais de 1 milhão de euros.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Não houve nenhum projeto ou investimento que tivesse caído?

Sra. Presidente – Não.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Saúdo os presentes, especialmente à Sra. Vereadora Teresa Andrade, que faz hoje a sua estreia.

Sobre esta matéria efetivamente também tive oportunidade de verificar a proposta anterior. Para além da diferença referida pelo Sr. Vereador Fernando Paulino, sendo que na comparação dos quadros da proposta anterior e esta compreende-se que há alterações de substância, e talvez até mesmo de conteúdo. Há umas propostas que, de facto, são substituídas por outras, mas isso não suscita qualquer tipo de dúvidas, parecem-me situações normais. Aqui explica-se porque o parque escolar passa para a 1.ª, 2.ª, ou 3.ª fase, é tudo normal. Consegue-se compreender a diferença de valor, porque, de facto, há uma diferença, ainda que não muito grande e qualitativa, mas ocorre ao nível dos projetos. Queria dar conta do prazo do financiamento, e assim o caderno de encargos passa, pelo que verifico, de 12 para 20 anos, ou seja, em termos absolutos o valor de financiamento e o valor de investimento reduz em cerca de 900 mil euros, pouco mais do que isso. O valor de financiamento reduz mais de um 1 milhão e 800 mil euros, mas o prazo do financiamento, de maturidade, é alargado para cerca de 20 anos. Coloco esta questão para confirmá-la efetivamente. Pelo que está aqui naturalmente deverá ser por ser essa intenção. De facto, esta é decisão que me suscita mais dúvidas neste tipo de projetos, porque há alguns que efetivamente são projetos que se podem compreender num prazo de investimento de um ciclo de financiamento de 20 anos. Isto é sempre a velha questão, e pode ser injusta até, como muitas vezes o próprio Tribunal de Contas diz, às vezes, sobre gerações futuras, e mais até!

A verdade é que um ciclo de 20 anos para alguns poderes que aqui estão é muito longo para a amortização de um empréstimo. É certo que é feito por pacotes, são três programas diferentes, compreendo isso, mas ainda assim não deixam de ser 20 anos que estão a ser contratados. Porventura será por um sindicato de financiamento e não sei muito bem como é que isso será feito. A pergunta que quero fazer é que em relação ao primeiro caderno de encargos e o atual, o que é que alterou substancialmente para que o prazo aumentasse, considerando que o valor de investimento e o valor de financiamento diminuiu, Qual é o impacto desta necessidade de o serviço da dívida ser de 20 anos? Ainda é maior. Qual é a necessidade de isso se verificar?

Sr. Vice-Presidente – Não compreendo, de facto, a sua preocupação. Se é na perspetiva do credor, ou na do devedor. Isto tanto vale para as nossas vidas particulares como para a vida das instituições. Se é preciso um financiamento e se é possível fazê-lo não até ao limite de 14 anos, como era possível no ano passado, mas sim até ao limite de 20 anos, seja um montante mais largo ou mais pequeno, não será mais vantajoso para a gestão financeira do município fazer um prazo mais longo? O que mudou, entretanto, foram os limites dos prazos de endividamento. Saiu uma lei do Orçamento de Estado que, entretanto, mudou os prazos. Portanto, se há um período mais favorável que se pode aplicar, é boa gestão aplicá-lo.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Há questões em que não temos de fazer política, se bem que o que Sr. Vice-Presidente diz é verdade, disse-o a 50%, portanto, pode ser necessário estender o prazo, mas para isso, obviamente, paga mais juros e fica mais caro. Pode valer a pena, ou não, mas não foi propriamente essa a pergunta que fiz. Apesar de me ter dado 50% da resposta já percebi qual é a intenção. A minha pergunta foi muito clara e evidente, era se algo substancial efetivamente ter-se-ia alterado, ou não. Por exemplo, imagine que o conteúdo dos projetos faria sentido, que haveria um ou outro encargo que faria sentido, poderia haver qualquer alteração substancial na tesouraria ou no fundo de maneo, etc.... Podiam ser mil e uma razões, e a pergunta prendia-se com isso, mas ainda assim agradeço a resposta. Não tenho mais nada a apontar, apenas o prazo de 20 anos que é muito penoso, e também a resposta que me deu, mas só porque podemos fazer isso não é suficiente para que essa opção seja seguida.

Sra. Presidente – Não tenho muito mais a acrescentar, apenas dizer que a Lei do Orçamento de Estado permite agora a dilação no prazo, desde que haja maturidade para isso, e entendemos que é boa gestão diminuímos isto em cerca de um milhão de euros. Fomos “esmagando” preços nas rubricas para não estarmos com aperto de tesouraria. As coisas vão melhorando, mas não é preciso, de repente, afunilar as coisas para despachar isto.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

5. Deliberação n.º 36/18 – Proposta n.º 12/2018 – DAFRH/DIGEF – 2.ª Alteração ao Orçamento da Despesa

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 23, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

6. Deliberação n.º 37/18 – Proposta n.º 13/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Aceitação da dação em cumprimento, de parcela de terreno, sita em Quinta da SAPEC, feita por SAPEC – Parques Industriais, S.A.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 a 26.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Esta proposta vem cancelar a garantia bancária que estava constituída a favor da Câmara por parte da SAPEC BAY. Sem pôr em causa a pessoa de bem que esta empresa é, perguntamos que garantias temos do cumprimento desta proposta. Se existe o cancelamento da garantia bancária que garantias é que existem também do cumprimento das infraestruturas primárias e qual é o prazo previsto para a concretização disso? Também já percebi que se mantém a intenção da Câmara de instalar nestes lotes o campo e o quartel dos bombeiros municipais, que é uma mais-valia que todos aguardamos que seja concretizada. No ano passado tínhamos solicitado um relatório sobre o incêndio que se deu naquela empresa. Gostaríamos de saber se efetivamente já existe esse relatório final e queríamos que nos fosse facultado.

Sra. Presidente – Em relação à garantia, a própria SAPEC vai investir também na construção do próprio quartel, portanto, está interessada em que estejam ali os bombeiros que farão trabalho para a própria empresa e que tem sido a maior consumidora da prestação de serviços dos bombeiros em relação aos acidentes que têm acontecido naquela península. A SAPEC tem sido a que mais solicita a intervenção dos bombeiros, e, portanto, é uma grande mais-valia que os bombeiros estejam ali. A SAPEC fez a avaliação deste terreno, que é maior do que o que estava inicialmente cedido para pagamento em dação à Câmara. É a SAPEC que o faz, assim como uma declaração que está no processo e que diz que assim que começar a ser construído o centro de emergência avançará imediatamente com as infraestruturas. Esta declaração consta também no processo.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Portanto, embora não estejam na proposta, estas garantias estão salvaguardadas?

Sra. Presidente – Sim, estão no processo, no Urbanismo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Se não houver cumprimento isto reverte, portanto, não existe essa dificuldade.

Relativamente ao Centro Internacional de Gestão de Emergência, isto não é um quartel de bombeiros no sentido tradicional, mas um centro de emergência com uma linha de formação, até com gestores de risco de barcos. Neste momento 60 ou 70 instituições já estão envolvidas neste processo, cidades, empresas, etc., sendo que as empresas da Mitrena são as mais interessadas frente a um processo de grande qualidade que vai dar grande relevância a Setúbal, garantindo uma perceção do serviço que na sua dimensão será único em Portugal.

Em Santa Maria da Feira vai haver uma escola de formação que não terá a dimensão nem as valências que esta vai ter, e semelhante a isto só em Espanha ou França. Isto quer dizer que temos aqui um equipamento de grande qualidade, de grande impacto, que vai garantir sobretudo da parte dos nossos agentes de proteção civil, quer os de Setúbal, em particular, quer os do País, uma possibilidade de formação que hoje não existe e uma aquisição de competências que não é possível obter a não ser fora de Portugal. A maioria dos portugueses não vão obter essas competências. É isso que está em causa neste negócio bem documentado e de uma forma visível, com uma grande vantagem para Setúbal.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Fiquei esclarecido, mas já sabia de alguns desses pormenores. Queria saber se a intervenção e a comparticipação da SAPEC nesse projeto é diferenciada da comparticipação e participação de outras empresas que estão instaladas na Península da Mitrena, por exemplo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Vai haver uma associação que vai fazer a gestão do processo e que vai fazer a captação de investimentos, portanto, este processo de troca do terreno é para garantir a realização disto na base de um negócio. Depois a SAPEC entra como qualquer outro associado.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 38/18 – Proposta n.º 04/2018 – DAFRH/DIRH – Ratificação do Despacho N.º 15/2018/DIRH, de 31 de janeiro, com a epígrafe “Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários – Lei N.º 112/2017, de 20 de dezembro - 1.ª alteração ao mapa de pessoal aprovado para o ano de 2018”**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 e 28.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Congratulamo-nos com esta medida, com a entrada em vigor da Lei 112/17. É uma medida do governo socialista que vai ao encontro daquilo que são as necessidades de funcionamento das autarquias, e também aos anseios de todos os trabalhadores que estão em situação precária. Entendemos que esta é efetivamente uma medida que vem relançar aquilo que são os direitos dos trabalhadores e também os direitos das autarquias e de os seus municípios verem os seus problemas resolvidos, com mais pessoal e melhor equipamento.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Esta solução encontrada foi decidida pelo Governo do Partido Socialista sob proposta de outros partidos. É preciso que seja conhecido isso para que o Sr. Vereador Fernando Paulino não venha colher os louros de uma medida que se justifica correta e que foi defendida durante muito tempo por outros partidos, apesar da resistência do Partido Socialista. Finalmente foi levada para a gestão pública central e somente agora para a local. Resta dizer que as restrições de recrutamento se iniciaram com o governo do Partido Socialista, de José Sócrates, seguiram-se com o PSD e houve uma pressão tremenda dos trabalhadores dos diversos municípios e também da administração central. Posso dar um exemplo concreto de uma oficina de mecânica do DOM, que tinha dez trabalhadores. Com a troica e o Partido Socialista passou-se só para cinco trabalhadores e hoje há dois da Câmara e os outros são avençados, porque nesse período não houve hipótese de substituir um trabalhador que morreu, havendo uns que se aposentaram e outros que tiveram problemas sérios de saúde e não estão ativos. Teve de se recorrer a situações precárias, e isso foi o resultado das políticas, insisto, do PS e do PSD e do CDS, durante um período de seis ou sete anos. Hoje isto é possível, felizmente, mas é bom que fique claro que sendo o Partido Socialista o partido do governo que toma a iniciativa de publicar essa decisão e assume isso no Conselho de Ministros, essa decisão é o resultado de negociação prolongada e não fácil com o PCP e também o Bloco de Esquerda, diga-se em boa verdade.

Sr. Vereador Fernando Paulino – As minhas palavras não acrescentam nada àquilo que é o benefício desta medida para as pessoas, nem as palavras do Sr. Vereador retiram nada a isso também. Antes pelo contrário, entendemos que tudo foi feito para o bem das pessoas, independentemente dos partidos que estejam no governo, isto é sempre bem-vindo.

4

Certamente que esta medida foi suportada pelos partidos que estão na “geringonça” e por quem está no poder.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – O que eu disse só clarificou a sua forma de pôr a questão.

Sra. Presidente – É preciso que fique escrito que não foi o PS sozinho que o fez, pois só lá está, porque nós quisemos. Convém que isto não se esqueça senão parece que os trabalhadores têm de agradecer ao PS por terem ido para o quadro. Há presidentes de câmara pelo País, e na região, que até vêm dizer na televisão que finalmente já não há precários quando não podia haver outra coisa que não fosse isso.

O Partido Socialista ainda no resto da gestão de José Sócrates e na gestão de Passos Coelho, não fez outra coisa senão proibir que se fizesse a contratação para o quadro e a regularização das pessoas, foi o que aconteceu. É agora que o governo, também sob proposta e com os votos dos outros partidos, nomeadamente do PCP e do Bloco de Esquerda, que as pessoas podem ir para o quadro, tanto as do poder central como as do poder local. É preciso repor esta verdade e não andarem a dizer estas coisas que até fica mal, de que finalmente já não são precários, e como se as autarquias os quisessem assim. Cada um diz as coisas como quer, mas depois as pessoas vão-nos julgar.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Naturalmente que esta boa notícia merece também um agradecimento, e, portanto, aqui não estou a disputar minimamente nem a atribuir méritos políticos, mas merece com toda a certeza o mérito de todos os trabalhadores e empresários, e todos aqueles que ajudam na recuperação económica do País. Esse é o primeiro instrumento, para que depois, seja qual for o político, aplique as medidas que tem de aplicar. Com toda a certeza todos os presentes não querem deixar de referir esse agradecimento, que é mais do que justo.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Assumimos as medidas que não são consideradas boas pela oposição e enquanto governo, mas temos de as tomar. Quando as medidas são efetivamente positivas, também nos achamos no direito de dizer que as medidas são bem-feitas e bem-vindas, porque vêm beneficiar todos. Foi só nesse sentido que fiz a referência ao governo do Partido Socialista já que muitas vezes somos tão criticados e temos de ouvir. É mesmo assim em democracia as críticas da oposição. Agora também pensamos que a medida é bem-feita e é uma medida do PS. Não queremos tirar dividendos, não temos essa pretensão e nem temos essa dimensão de achar que isso vá alterar alguma coisa.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 39/18 – Proposta n.º 13/2018 – DAFRH/DIRH – Abertura de procedimentos concursais para cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau e designação da correspondente composição do júri de recrutamento**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

9. **Deliberação n.º 40/18 – Proposta n.º 05/2018 – DOM/SMHAB – Aceitação de doação – Festa de Natal do projeto “Férias no Bairro” – Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 41/18 – Proposta n.º 06/2018 – DOM/SMHAB – Antecipação em trinta dias da aplicação da revisão da renda no Regime do Arrendamento Apoiado**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Quando li a proposta, de facto, fiquei na dúvida se isto era bom ou mau, porque entendo que se a pessoa não sofrer qualquer alteração do seu estatuto socioeconómico, a partir do momento em que a renda é atualizada, tem 60 dias e assim já não pode fazer a alteração desse valor. É isso? Se sofrer alguma alteração pode, em qualquer altura, pedir que esse valor seja revisto, mas nesse caso deixa de poder pagar em 60 dias, mas sim em 30?

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – A renda apoiada é calculada em função de dois fatores, o familiar e o rendimento. Quando há alteração do agregado familiar tem de se comunicar isso, para mais ou para menos, e a pessoa que entra, ou que sai, poder ter efeitos no rendimento. Quanto se altera o rendimento puro e duro também tem de se comunicar que baixou, ou que subiu. Quando há uma mudança no agregado que gere mudança na forma de cálculo tem 60 dias para mudar a renda. Tendo em conta que as pessoas vêm propor redução por terem menos rendimentos, o que entendemos é que não se justifica estar 60 dias a pagar a renda mais alta e que deve ser feito o pagamento de acordo com o novo rendimento, trinta dias antecipado. A Câmara prescinde assim de uma renda mais alta durante 30 dias, pelo menos.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Saúdo então a medida.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta.

11. **Deliberação n.º 42/18 – Proposta n.º 03/2018 – DAAE/DIHU – Protocolo de Colaboração com a AMARSUL no âmbito da recolha seletiva de vidro – Ratificação**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 43/18 – Proposta n.º 04/2018 – DAAE/SAEN – Apoio financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2017/2018

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 44/18 – Proposta n.º 13/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Animação de Setúbal – Centro Cultural de Setúbal, CRL

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexo à presente ata sob os registos n.ºs 35 e 36, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 45/18 – Proposta n.º 14/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Estúdio Fontenova

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexo à presente ata sob os registos n.ºs 37 e 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 46/18 – Proposta n.º 15/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro do Elefante – Ação Cultural, CRL

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexo à presente ata sob os registos n.ºs 39 e 40, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 47/18 – Proposta n.º 16/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM, Cooperativa Cultural, CRL

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Tenho uma dúvida, talvez por inexperiência, mas é relativamente às quantias atribuídas nas deliberações n.ºs 44, 45, 46 e 47/18. De facto, os valores são bastante distintos. Posso compreender que são prioridades distintas de cada companhia. Gostaria de compreender, se for possível, pois não poderão ter sempre a documentação que o fundamenta, mas, por exemplo, em duas companhias vem separado o tipo de atividade que vai ser suportado e noutras é um valor global. Este valor é normalmente atribuído por pedido das próprias companhias e depois calculado? É em função de serem companhias de excelência e mais antigas? Do número de atores, do número de peças?

4

Existe algum critério especial para atribuição de apoios, uma vez que de 130 mil para 18 mil há alguma disparidade. Se pudessem esclarecer, e sem qualquer outro intuito, agradeço.

Sr. Vereador Pedro Pina – Agradeço a questão até porque ela foi formulada de uma forma inteligente, portanto, responde à sua própria pergunta na forma como a elabora. Na sua pergunta formula duas componentes da resposta, uma primeira tem a ver com a própria história de cada uma destas companhias. Como se evidencia nas próprias propostas são distintas e têm uma narrativa da sua presença, da sua participação, do seu historial e efetiva atividade, quer no concelho quer fora, o que deve ser considerado na apreciação e na definição do apoio. Por outro lado, qualquer uma destas propostas são alvo de discussão, quer com cada uma destas companhias, ou associações, porque elas têm natureza diferente e como se evidencia. Destaco particularmente, por exemplo, o Teatro do Elefante pela primeira vez vem com uma natureza diferente a esta reunião, da com que veio no ano anterior creio que o GATEM se não é a primeira vez será a segunda que vem assim. Isto significa que as próprias instituições se reformularam, não no seu fim, mas na sua amplitude e na sua definição. No que diz respeito ao TAS, que não diria que é mais antiga, mas é aquela que mais conhecimento e prestígio tem na cidade. Há um valor que tem sido calculado em função da própria narrativa, da história, mas que é depois discutida nas atividades do protocolo. Se o lermos atentamente vemos que há um conjunto de contrapartidas e participações. No Teatro Estúdio Fonte Nova é uma situação que tem vindo a decorrer em que há duas áreas distintas no apoio à programação e à criação, uma é um apoio direto à Festa do Teatro. Portanto, sentimos essa necessidade, e porque a própria companhia também a sentiu, a definição é diferenciada no apoio que o Município atribui à associação. Neste particular caso dos apoios às companhias de teatro, e também compromisso deste executivo municipal, é poder concretizar uma vontade e um desejo muito antigo da GATEM, de poder concretizar, pela primeira vez, o festival na cidade. Também compete ao município diferenciar e gerir bem os seus recursos e o dinheiro público, são situações que devem ser consideradas ano após ano, portanto, é uma primeira aposta. São critérios que não deixam de ter subjetividade, porque são sempre valorados, mas representam aquilo que consideramos, até por avaliação das próprias propostas da programação que é feita anteriormente à apresentação. Qualquer um destes protocolos, antes de vir aqui, é discutido e é da concordância dos próprios grupos de teatro, mas com certeza que estamos sempre dispostos a discutir, a repensar e a configurar aquilo que é o nosso apoio e a forma de apoiar. Esse trabalho continuaremos a fazê-lo em prol da Cultura. Apenas lamentamos uma questão com estas propostas, é que continua a ser o município a apoiar a cultura nas instituições locais e continuamos a aguardar da parte deste governo no que diz respeito à matéria da Cultura, que isto se repense, redefina e apoie as entidades de criação artística, porque elas bem precisam, No que diz respeito à cidade de Setúbal é já longínquo o último apoio que registámos da DGARTES, e é com expectativa que aguardamos para muito breve aquilo que foram as candidaturas que com o nosso apoio também muitas destas instituições dirigiram à Direção-Geral das Artes. Esta é a realidade, se estas estruturas hoje conseguem sobreviver no seu trabalho e na dinamização e criação artística é pelo apoio que a Câmara Municipal lhes presta, como se impõe a um município que tem na cultura um elemento transformador e de desenvolvimento da sociedade.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Obrigada pelo esclarecimento, Sr. Vereador, já agora diga-me de quando é a data do último apoio que houve da DGARTES. Tem ideia?

Sr. Vereador Pedro Pina – Não lhe sei dizer de cor, porque o último apoio foi dirigido ao Teatro Estúdio Fonte Nova, no âmbito da Festa do Teatro, e creio que foi há 4 anos. Aliás, foi motivo de conversa entre a Sra. Presidente e o Sr. Ministro da Cultura, já por mais do que uma vez, acerca das correntes alterações ao modelo de apoio e financiamento às companhias, e ao teatro em particular. Não sei porque esta parte não está expressa nos protocolos. A Câmara Municipal presta um apoio nas candidaturas que estas companhias, em particular no que diz respeito ao Teatro de Animação de Setúbal, Teatro Estúdio Fonte Nova

e Teatro do Elefante, apresentam à DGARTES, nas suas diferentes possibilidades. Muito deste trabalho é feito com apoio dos nossos serviços, quer da Divisão de Cultura, quer também aqui nos Paços do Concelho, no Gabinete de Auditoria Interna, pela Sra. Dra. Carmen Caetano, que desenvolve muito apoio na construção das candidaturas, porque às vezes há fragilidades, e para que estas companhias possam ter essa possibilidade. Se a memória não me falha, e posso dar muito em breve a informação, mas terá sido há cerca de 3 anos, portanto, em 2014, e foi para a Festa do Teatro. Sobre o TAS diria que há praticamente uma década que não recebe um apoio da DGARTES.

Sra. Presidente – Como complemento do que o Sr. Vereador acabou de dizer, esta diferenciação carece de uma discussão aprofundada. Cada vez que a vamos fazer, independentemente de cada uma das companhias dizer que faz mais que a outra, que faz diferente que a outra, que tem mais público que a outra – e muitas vezes não deixa de ser verdade –, mas o que é certo é que quando vamos para a discussão, cada um deles fecha-se no seu casulo e não quer entrar em confronto com os outros. É preciso uma discussão alargada, muito profunda, e que vai tocar em muitas sensibilidades. Essa é uma questão que deveria ser discutida. Se calhar no próximo ano vai ser lançada, assim como a matriz do desporto, o que é outra discussão muito profunda. Embora já haja os processos de candidaturas ao desporto, há também as questões do porque um recebe mais e outro menos. Portanto, vai haver uma matriz para ver se uniformizamos bem isso, e na cultura era preciso isto, só que, há também um passado muito complicado em relação à estrutura organizativa de cada uma delas. O GATEM nem sequer estava no município, estava em Palmela. Há poucos anos veio cá e começou a fazer algumas atividades e depois sediou-se aqui, até porque os elementos desta companhia moram cá. Porque têm uma atividade muito intensa cada vez pedem mais apoios, e, portanto, como disse o Sr. Vereador é talvez o segundo ano que levam apoio, mas no ano passado levaram 5 mil. Este ano vão ter 18 mil, porque vão fazer pela primeira vez o festival. Depois, o restante da atividade é, de facto, muito intenso comparativamente com a atividade de um grupo de teatro profissional que tem o seu quadro de pessoal até muito maior. Hoje vai em metade do que já foi, mas têm instalações que a Câmara Municipal providencia, e tudo e mais alguma coisa. No passado tinha também mais pessoal e teve sempre muito apoio por parte da Direção Geral de Cultura da época. Hoje praticamente não tem apoio nenhum, a não ser o da câmara. Há cerca de 10 anos que fazem candidatura e não conseguem nunca nada. De há 4 anos para cá só o da Fonte Nova é que conseguiu qualquer coisa, assim como o do Elefante, numa saída ao estrangeiro, mas foi uma coisa muito mínima. Em tempos do governo anterior é que foi um desastre, não houve nada para ninguém. Se não fosse a Câmara Municipal, de facto, o TAS já não existia e os outros que não têm quadro de pessoal, onde muitos deles têm os seus empregos para subsidiar a sua atividade, recebem pouco da câmara. Entendo que é pouco face ao trabalho que fazem. Agora há esta discrepância, uns são amadores não tem quadro de pessoal. Esta balança ainda não está equilibrada e tem de haver uma discussão muito profunda, mas nesta discussão uma companhia de teatro pode desaparecer, porque os outros fartam-se de trabalhar e ganham muito menos. Não quer dizer que o TAS também não trabalhe, mas as despesas são por via de outras responsabilidades muito superiores. Todos eles recebem o dobro do dinheiro que está aqui em apoio logístico, porque não pagam taxas no Fórum Municipal Luísa Todi e noutros equipamentos, e ganham a bilheteira, o que lhes permite também terem alguma capacidade financeira por essa via. Há outros apoios logísticos para quando é preciso carregar ou montar algo, e é preciso pessoal para a eletricidade. Portanto, é um apoio de mão-de-obra e de horas extraordinárias quando os festivais têm de funcionar à noite ou aos fins-de-semana. É a Câmara que suporta todo este apoio logístico a todos eles, num valor de mais de um milhão de euros por ano, mas sem desporto e sem cultura também não há cidade!

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público

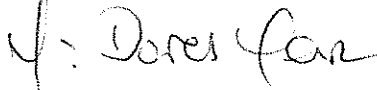
Ar. Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas e cinquenta e oito minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

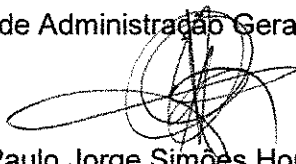
A Senhora Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 21 de fevereiro de 2018, por unanimidade, contém 15 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Manuel Cordeiro

Conferida por:
Ana Cristina Claro